

# Diário da Assembléia

Nº 2.992

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quilse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

#### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

#### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

#### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

#### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Quilse Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

### COMISSÃO DE POLÍCIA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quilse Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

#### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 2ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 5 de Março de 1974 (Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, Secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Domicio Scaramella.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Borsari Netto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva e João Fadel, (quarenta — 40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Odilon Reinhardt — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Ivo Rocha — Paulo Camargo e Paulo Poli. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, que é aprovada sem observação.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 107-73

Curitiba, 29 de novembro de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre as providências legais que se fazem necessárias no sentido da participação do Estado do Paraná no PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO POPULAR (PLANHAP), Plano esse cujos objetivos básicos são os seguintes:

I — Eliminar, no período máximo de dez anos, o "deficit" estadual de habitação para famílias com renda regular entre um e três salários mínimos regionais;

II — atender à demanda adicional de habitações que venha a ocorrer, na mesma faixa de renda.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 1010-73, de 27 do corrente mês, firmada pelo Senhor Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas e cujos termos ratifico, diz, com o devido detalhamento, sobre a alta significação, interesse público e necessidade da medida legal ora submetida a essa Augusta Assembleia Legislativa.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES — Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as providências necessárias à participação do Estado no PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO POPULAR (PLANHAP), com os seguintes objetivos:

I — Eliminar, no período máximo de dez anos, o "deficit" estadual de habitações para famílias com renda regular entre um e três salários mínimos regionais;

II — atender à demanda adicional de habitações que venha a ocorrer, na mesma faixa de renda.

Art. 2.º — Para cumprimento desta Lei poderá o Poder Executivo:

I — Celebrar, com o BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH) convênio institutivo do PLANHAP, a nível estadual, aditando-o quando se fizer necessário, observadas as Resoluções n.ºs 1-73 e 46-73, respectivamente, do Conselho de Administração e Diretoria daquele Banco e demais normas que forem baixadas pelo mesmo;

II — elaborar planos, programas e projetos, visando aos objetivos do PLANHAP, coordenar e fiscalizar as respectivas execução e revisão pelos órgãos da administração direta e indireta;

III — integrar o Estado e entidades de sua administração indireta no SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO POPULAR (SIFHAP);

IV — instituir o FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR — (FUNDHAP) previsto nas Resoluções citadas no inciso I deste artigo para integralização parcial pelo ESTADO e gestão através do órgão designado pelas respectivas ENTIDADES FINANCEIRAS;

V — designar instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima, preferencialmente sob controle acionário do Estado, para Agente Financeiro das operações de crédito a que se refere o artigo 4.º desta lei e para participar da gestão do FUNDHAP;

VI — promover a reestruturação das Companhias Habitacionais (COHABs) do Estado e fazê-las ajustar-se, permanentemente, às normas de organização de operações baixadas pelo BNH;

VII — coibir ou cobrir as perdas em que, eventualmente, incorrerem as COHABs do Estado, inclusive mediante participação do Estado, como estipulante e/ou segurado, em sistemas que viabilizem a prática de seguro de crédito, para cobertura dos riscos inerentes às operações ativas das COHABs;

VIII — elaborar e executar programas permanentes de desenvolvimento comunitário, objetivando a promoção social das famílias de baixa renda beneficiárias do PLANHAP;

IX — adotar quaisquer outras medidas que ampliem a eficiência dos trabalhos de planejamento, execução, fiscalização, revisão e controle do PLAMICO e financeiro das COHABs do Estado.

Art. 3.º. O FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR (FUNDHAP), a ser instituído, de acordo com o item IV do artigo precedente, terá valor suficiente para cobrir as despesas necessárias à sua gestão e, para aplicar, sob a forma de empréstimos a parcela dos investimentos habitacionais do PLAMICO.

NHAP estadual não financiada pelo BNH, observado o disposto nos parágrafos seguintes:

§ 1.º. O Estado integralizará sua participação no FUNDHAP com recursos derivados de financiamentos específicos que lhe forem concedidos pelo BNH com essa finalidade.

§ 2.º. A soma dos valores necessários à integralização direta do FUNDHAP com os indispensáveis à cobertura dos encargos financeiros decorrentes dos financiamentos de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder, em cada exercício, 2% (dois por cento) da Receita Tributária Estadual.

§ 3.º. A integralização do FUNDHAP pelo Estado com os recursos indicados no parágrafo 1.º deste artigo, será feita de modo a compatibilizar, permanentemente, as disponibilidades do FUNDHAP com as suas necessidades financeiras.

Art. 4.º. Para alcance dos objetivos fixados no art. 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a contrair ou garantir empréstimos e financiamentos necessários à execução do PLANHAP e à integralização do FUNDHAP, concedidos ao Estado, as suas entidades de administração indireta, inclusive às COHABs e aos Municípios, até os montantes estabelecidos no art. 5.º e seus parágrafos.

Parágrafo único. Nas operações de crédito previstas no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a prestar, em nome do Estado em favor das respectivas entidades credoras, as garantias que se fizerem necessárias, inclusive vinculação parcial de receita ou de quotas do Fundo de participação dos Estados, com outorga, às mesmas entidades de mandato pleno e irrevogável para que, na hipótese de inadimplência do Estado, recebam diretamente junto aos órgãos competentes, as parcelas comprometidas da receita ou das quotas do Fundo de Participação que forem necessárias à cobertura do principal e encargos financeiros das dívidas vencidas e não pagas.

Art. 5.º. O Poder Executivo fará incluir nas propostas orçamentárias anuais, inclusive as relativas ao Orçamento Plurianual de Investimentos dotações suficientes, à cobertura das responsabilidades financeiras do Estado, decorrentes do cumprimento desta lei.

§ 1.º. Para atender às mencionadas responsabilidades, no exercício de 1974, o Poder Executivo fica autorizado a abrir, de uma só vez ou parceladamente, crédito especial até o montante global, em moeda corrente, que equivaler à data dos decretos de abertura, a 167.640 UPC (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta. Unidades Padrão de Capital do BNH) correspondendo nesta data a Cr\$ 12.707.120,00 (doze milhões, setecentos e sete mil, cento e vinte cruzeiros).

§ 2.º. Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, o Poder Executivo poderá cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado.

§ 3.º. Sem prejuízo do disposto no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do BNH, empréstimos até o valor equivalente a 857.120 UPC (oitocentos e cinquenta e sete mil, cento e vinte Unidades Padrão de Capital do BNH), para atender às responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP, no triênio 1974-1976, correspondentes nesta data a Cr\$ 64.969.690,00 (sessenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa cruzeiros).

§ 4.º. Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a garantir os empréstimos concedidos pelo BNH a entidades da administração indireta do Estado, inclusive às COHABs e aos Municípios, para investimentos vinculados ao PLANHAP, no triênio referido, até o décuplo do valor indicado no parágrafo anterior.

§ 5.º. Para o Poder Executivo garantir empréstimos ou financiamentos concedidos a Municípios, ou companhias de Habitação municipais, deverá ser obtida uma contra-garantia dessas entidades.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

Of. n.º 1010-73

Curitiba, 27 de novembro de 1973.

Senhor Governador:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emilio Médici, em solenidade realizada em 23 de janeiro do corrente ano, no Palácio do Planalto, em Brasília, lançou "o Plano Nacional de Habitação Popular PLANHAP, que se destina a promover permanentemente, e de forma atualizada a ascensão social das famílias com renda regular entre um e três salários mínimos regionais. O PLANHAP visa eliminar o "deficit" habitacional no país, no prazo de dez anos, decuplicando o ritmo atual de construções de moradias populares para venda a prestações.

Disse Sua Excelência em seu discurso:

"O rápido crescimento das cidades está entre os fenômenos sociais característicos do nosso tempo, não havendo sinal, por enquanto de que a tendência para o aumento das aglomerações urbanas venha a modificar-se. O grau com que essa tendência se manifesta depende no entanto das peculiaridades sociais e econômicas de cada país.

Para o elevado índice de sua expansão urbana, concorrem, no Brasil, de modo particular, a velocidade do aumento populacional, a intensidade do crescimento econômico e o ritmo da modalidade social. Por obra desses fatores, bem como da migração, que lhes é correlata mais da metade da população brasileira vive hoje em cidades e vilas".

Nesse mesmo pronunciamento, o chefe da Nação convidou os Governos estaduais e municipais a participarem do empreendimento, tomando as medidas necessárias, de acordo com a sua capacidade econômico-financeira, para a implantação do Plano.

O Governo do Estado do Paraná, aceitando essa honroso convite, colocou-se ao lado do Governo da Nação, para, juntos, enfrentarem "o problema cuja solução desafia ainda os países econômico e tecnologicamente mais avançados".

Assim é que, em 13 de fevereiro passado, o saudoso Governador Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, assinou com o Banco Nacional da Habitação — BNH — um Protocolo de Intenção, definindo as atribuições e compromissos recíprocos decorrentes da adoção e execução do PLANHAP.

O Paraná com a celebração desse Protocolo de Intenção, assumiu a posição de um dos Estados pioneiros na adesão ao Plano lançado pelo Presidente da República.

O PLANHAP, além d seu escopo principal relativo à habitação, visa também atender obras de interesse das comunidades, tais como prédios para educação, saúde e segurança pública; áreas e equipamentos de recreação,



serviços públicos de pavimentação, abastecimento de água, esgotos sanitários e comunicações; financiamento para a pequena indústria artesanal e comércio de primeira necessidade.

O PLANHAP, em suas diretrizes básicas beneficiará população localizada em cidades com mais de 50.000 habitantes, em áreas metropolitanas, em regiões de desenvolvimento urbano polarizado ou em cidades cujo crescimento demográfico seja considerado superior às taxas normais.

Atualmente 69 cidades paranaenses enquadram-se em um ou mais dos itens citados.

Em decorrência do Protocolo de Intenção e da grande gama de atendimento previsto no PLANHAP, esta Secretaria de Estado juntamente com a Secretaria da Fazenda e a COHAPAR, realizou estudos que culminaram com a elaboração do anexo anteprojeto de lei no qual estão consubstanciadas as diretrizes básicas de ação dos órgãos estaduais com vistas à implantação do PLANHAP no Estado do Paraná.

A próxima ação do Governo do Estado, deverá ser a transformação do anexo, ante projeto de Lei.

Esta Lei, autorizará especificamente, a criação de um Fundo de Habitação Popular — FUNDHAP com recursos oriundos do Governo do Estado e do Banco Nacional da Habitação — BNH.

Prevê também a lei, a abertura inicial de crédito especial até o valor de 167.640 UPC (cento e sessenta e sete mil seiscentos e quarenta unidades padrão de capital) equivalente a Cr\$ 12.707.120 00 (doze milhões setecentos e sete mil e cento e vinte cruzeiros).

A lei autorizará ainda o Governo do Estado a contrair empréstimos, junto ao BNH, até o valor máximo de 857.120 UPC (oitocentos e cinquenta e sete mil cento e vinte unidades padrão de capital do BNH) que corresponde a Cr\$ 64.969.690,00 (sessenta e quatro milhões novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa cruzeiros). Autorizará também, a garantir empréstimos concedidos pelo BNH a entidades de administração indireta do Estado, inclusive COHABs e municípios, até o décuplo do valor acima citado.

Os valores aqui previstos, foram estabelecidos para aplicações no 1.º triênio e abrangem as atividades da COHAPAR, COHAB-CT e COHAB-LD.

Essas três entidades com a aprovação da lei, terão possibilidade de construir perto de 14.000 residências populares, no triênio considerado.

Valemo-nos da oportunidade para renovar a Vossa Excelência, nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Anexos: Minuta de Ante Projeto de Lei

Cópia do Protocolo de Intenção firmado entre o Governo do Estado e o BNH para implantação do PLANHAP.

Eng.º OSIRIS STENGHEL GUIMARAES — Secretário de Estado

Excelentíssimo Senhor

Doutor EMILIO HOFFMANN GOMES

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

PALACIO IGUAÇU.

O Banco Nacional da Habitação, adiante designado BNH, por seus representantes abaixo assinados, e o Estado do Paraná, representado por seu Governador, Pedro Parigot de Souza,

CONSIDERANDO

A necessidade de assegurar a rápida implementação, no Estado, do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), instituído pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em pronunciamento de 23 de janeiro último cujas diretrizes básicas foram aprovadas pela Resolução n.º 1-73, do Conselho de Administração do BNH;

II. — A importância do PLANHAP como instrumento hábil para assegurar uma ampla participação social nos benefícios do desenvolvimento, através do acesso das populações de mais baixo nível da renda à casa própria e aos serviços públicos essenciais, assim como para permitir que o processo de urbanização se realize dentro de padrões de eficiência crescente, mediante a utilização das técnicas do planejamento urbano e a mobilização dos recursos financeiros requeridos para a consecução de tal objetivo;

III. — A conveniência de assegurar uma estreita coordenação das atividades do governo federal, através do BNH, e do sistema administrativo estadual, através de seus órgãos da administração direta e indireta;

RESOLVE:

Celebrar o presente Protocolo de Intenção, com a finalidade de definir as atribuições e compromissos do BNH e do ESTADO na adoção e execução do PLANHAP.

O ESTADO manifesta, por este instrumento, sua adesão ao PLANHAP e ao Sistema Financeiro de Habitação Popular (SIFHAP), comprometendo-se a adotar na rea de sua competência, as medidas previstas na Resolução 1-73, do Conselho de Administração do BNH e das normas complementares para a implantação dos mecanismos financeiros, técnicos e administrativos requeridos pelo PLANHAP e pelo SIFHAP.

2. — Em função do item anterior, o ESTADO se compromete a por em prática as seguintes medidas:

2.1. mobilizar a COHAB e o sistema estadual de planejamento para elaborar, no menor prazo possível que lhe será indicado pelo BNH, o PLANHAP para o ESTADO, no qual deverão figurar, obrigatoriamente os seguintes itens:

2.1.1. levantamento das necessidades habitacionais do ESTADO, no período de 1973-1982, na faixa de renda regular entre um e três salários mínimos de maneira a garantir a eliminação do déficit atual e o atendimento da demanda das novas famílias, preferencialmente nas cidades de mais de 50 mil habitantes nas situadas em áreas metropolitanas ou regiões de desenvolvimento urbano polarizado, nas cidades, cuja população esteja crescendo, a taxas superiores as constatadas para as anteriormente indicadas e nas cidades onde seja viável a construção de habitações isoladas, em terrenos já pertencentes aos possíveis beneficiários de financiamentos da COHAB;

2.1.2. dimensionamento preliminar dos custos-padrão das habitações a serem construídas;

2.1.3. levantamento das áreas urbanas utilizáveis para edificação de conjuntos habitacionais, com indicação dos aspectos sócio-econômicos que justifiquem sua possível utilização para os fins do PLANHAP;

2.1.4. estimativa preliminar dos investimentos em infra-estrutura (água, esgoto, energia, pavimentação e outros) e em equipamentos comunitários (escolas, centros de treinamento profissional, ambulatórios, centros de recreação, telefones públicos, agências postais e telegráficas, serviços de segurança e outros), requeridos para a utilização das áreas indicadas no item anterior;

2.1.5. estimativa preliminar dos investimentos totais previstos no Plano e esboço do respectivo financiamento;

2.1.6. ordem de prioridade dos projetos previstos no Plano;

2.1.7. cronograma preliminar da execução do Plano;

2.1.8. esquema técnico-administrativo para acompanhamento permanente do Plano.

2.2. instituir, nas condições que vierem a ser definidas de comum acordo com o BNH, o Fundo Estadual de Habitação Popular (FUNDHAP), mediante a destinação anual de recursos orçamentários ou de outras fontes, suficientes para financiar a participação do ESTADO na execução do PLANHAP, cuja parcela obrigatória anual não deverá exceder de 2% da Receita Tributária Estadual do exercício correspondente.

2.3. participar, com o BNH, na constituição de Fundos ou outros instrumentos financeiros que venham a ser estabelecidos pelo Banco para garantia das operações ativas da COHAB;

2.4. promover, a partir de estudo de viabilidade nos moldes indicados pelo BNH, a revisão atualização e, se necessário, a reestruturação da COHAB, de maneira a habilitá-la a cumprir, com eficiência, as funções de agente financeiro do PLANHAP na área estadual, especialmente no que se refere a:

2.4.1. observância de padrões e índices administrativos e operacionais aprovados pelo BNH;

2.4.2. adoção de estatutos padronizados, aprovados pelo BNH, os quais definirão as responsabilidades e atribuições de cada órgão da estrutura da empresa;

2.4.3. implantação, em prazo a ser convencionado com o BNH e com a assistência técnica deste, de sistema padronizado de contabilidade das COHABs, de sistema integrado e permanente de fiscalização e controle da execução dos projetos de comercialização das unidades habitacionais e de recuperação dos créditos concedidos;

2.4.4. treinamento e aperfeiçoamento permanente do pessoal técnico e administrativo da COHAB, inclusive com assistência técnica do BNH, ao qual o ESTADO assegura, desde logo, a presença de representantes da COHAB, nos cursos e seminários promovidos pelo Banco para os fins aqui previstos.

2.4.5. fornecimento regular, com a periodicidade definida pelo BNH, das informações que este venha a julgar necessárias ao cumprimento dos objetivos do PLANHAP e ao acompanhamento dos projetos financiados pelo Banco;

2.5. mobilizar os serviços de instituição financeira estadual, a ser definida de comum acordo com o BNH, para a gestão do FUNDHAP, assim como para atuar como agente financeiro das operações que venham a ser contratadas pelo ESTADO, Município e empresas concessionárias de serviço público estadual ou municipal, dentro do PLANHAP;

2.6. determinar aos órgãos e empresas estaduais administradores ou concessionários de serviços públicos, que adotem as providências necessárias para elaboração e execução inclusive com financiamento do BNH, dos projetos e obras de infra-estrutura física (água, esgotos, energia elétrica) ou de equipamentos comunitários (escolas, centros de treinamento profissional, ambulatórios, centros de recreação, telefones públicos, agências postais e telegráficas, serviços de segurança e outros), requeridos pelos conjuntos habitacionais incluídos no PLANHAP estadual;

2.7. implantar as normas de fiscalização e controle necessárias para que as despesas de custeio da COHAB se mantenham dentro dos limites a serem acordados com o BNH, responsabilizando-se o ESTADO pela cobertura dos déficits eventuais ou perdas operacionais que vier a sofrer a COHAB, de maneira a assegurar a integridade, em termos reais do respectivo realizável;

2.8. adotar, de acordo com anteprojeto sugerido pelo BNH, as providências legais e regulamentares que permitam o cumprimento das responsabilidades financeiras, técnicas e administrativas do ESTADO na execução do PLANHAP.

3. O Banco Nacional da Habitação (BNH), por sua parte, assume os seguintes compromissos:

3.1. prestar assistência técnica ao ESTADO e à COHAB na elaboração e execução do PLANHAP estadual;

3.2. prestar assistência técnica à COHAB nos trabalhos de revisão e atualização de sua estrutura técnica, financeira, e administrativa, requeridos para sua plena e eficiente atuação como agente promotor e agente financeiro do PLANHAP, notadamente em relação aos seguintes fins:

3.2.1. adoção de sistema padronizado de contabilidade;

3.2.2. reformulação dos Estatutos;

3.2.3. organização de serviços permanente de inscrição e controle de pretendentes a casa própria;

3.2.4. implantação de sistema integrado e permanente de fiscalização e controle de execução de projetos, de comercialização de unidades habitacionais e de administração, dos créditos concedidos;

3.2.5. implantação de sistema de cadastramento e fornecimento periódico de informações julgadas de interesse pelo BNH;

3.3. contribuir para a constituição do FUNDHAP do ESTADO na forma regulamentar.

3.4. contribuir para a constituição de Fundos ou outros instrumentos financeiros, a serem definidos pela sua Diretoria, para garantia das operações ativas da COHAB;

3.5. conceder a instituição financeira estadual que o ESTADO, de comum acordo com o Banco designar como agente financeiro, empréstimos para repasse ao Governo do ESTADO, aos governos municipais, a entidades estaduais e municipais de administração direta e indireta e a empresas concessionárias de serviços públicos, com a finalidade de permitir integralização mais rápida do FUNDHAP estadual e a execução de obras de infra-estrutura, equipamentos comunitários e habitações transitórias;

3.6. conceder à COHAB, nos termos da RC 1/73 e normas complementares, empréstimos com os abaixo indicados e outros que vierem a ser instituídos pelo Banco;

3.6.1. financiamentos para produção e comercialização de habitações;

3.6.2. financiamentos para ampliação e melhoria de habitações construídas com recursos do BNH;

3.6.3. financiamento de capital de giro;

3.6.4. financiamento para edificação e venda, a prazos, preços e juros de mercado, de instalações comerciais e de serviços necessários aos conjuntos habitacionais do ESTADO;

3.6.5. empréstimos de solvência ou de liquidez;

3.7. renegociar os créditos concedidos à COHAB, que se encontravam "em ser" a 23 de janeiro de 1973, nas condições a serem fixadas pela Diretoria do BNH, após a análise da situação econômico-financeira e da estrutura técnico-administrativa da COHAB;

3.8. permitir à COHAB a cobrança das taxas e/ou emolumentos previstos na RC 1/73 e normas complementares, na forma que vier a ser regulamentada;

3.9. receber, em depósito, no BNH, com juros e correção monetária, recursos pertencentes às entidades estaduais integrantes do SIFHAP, nas condições que venham a ser definidas pela Diretoria do Banco;



3.10. incluir a COHAB entre as possíveis beneficiárias dos incentivos a serem estabelecidos no Programa de Estímulo do PLANHAP (PEP), em estruturação.

4. O ESTADO e o BNH disciplinarão e implantarão todas as medidas e providências de que trata este Protocolo, através de convênios e contratos complementares, observadas as normas gerais que o BNH fixar para a execução do PLANHAP no país.

Por estarem de acordo com os termos do presente Protocolo, é o mesmo firmado pelos representantes legais do ESTADO e do BNH, na cidade de Curitiba, aos 13 de fevereiro de 1973.

Pelo Banco Nacional da Habitação:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

Pelo Estado do Paraná:

(Ass. ilegível)

Testemunhas: — (Assinaturas ilegíveis)

# **BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO** **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

RC N.º — 1/73

Aprova as diretrizes básicas do Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP), institui o Sistema Financeiro da Habitação Popular (SIFHAP) e autoriza a criação de Fundos Estaduais de Habitação Popular (FUNDHAP).

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO, em reunião realizada a 23 de janeiro de 1973, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 29, da Lei 4380, de 21 de agosto de 1964 e tendo em vista o disposto no art. 1.º, da Lei 5762, de 14 de dezembro de 1971,

CONSIDERANDO a responsabilidade do BNH, no atendimento às necessidades habitacionais das populações urbanas de menor renda regular;

CONSIDERANDO a necessidade de ser institucionalizado sistema para mobilizar e aplicar, de forma flexível, dinâmica e permanente, os recursos que permitam eliminar sub-habitações existentes e ensejar oferta planejada e contínua de unidades residenciais para atender à demanda da população com renda regular entre um e três salários mínimos regionais,

## **R E S O L V E :**

1. Instituir o PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO POPULAR (PLANHAP), o SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO POPULAR (SIFHAP) e os FUNDOS ESTADUAIS DE HABITAÇÃO POPULAR (FUNDHAPs), para implantação e operação de acordo com as diretrizes básicas desta Resolução e respectivas normas complementares.

2. O PLANHAP destina-se a promover permanentemente, de forma atualizada, a ascensão social das famílias com renda regular entre um e três salários mínimos regionais, permitindo, em relação a esta faixa de renda:

- 2.1— eliminar o "deficit" de habitações no país, no prazo de dez anos;
- 2.2— atender a demanda de habitações das novas famílias;
- 2.3— proporcionar condições para melhoria e ampliação de habitações já existentes;
- 2.4— apoiar e ampliar programas e projetos de desenvolvimento comunitário.

3. O PLANHAP será formulado a níveis nacional, estadual, regional e municipal, e os respectivos programas e projetos contemplarão a construção e melhoria de habitações de valor não superior a 320 UPC, localizadas em:

- 3.1— cidades com mais de 50.000 habitantes;
- 3.2— áreas metropolitanas ou regiões de desenvolvimento urbano polarizado, definidas em legislação federal ou assim conceituadas, para fins operacionais, pela Diretoria do BNH;
- 3.3— cidades, não incluídas nas categorias anteriores, cuja população esteja crescendo a taxas superiores às consideradas normais, para áreas assemelhadas, pela Diretoria;
- 3.4— áreas onde seja viável a construção de habitações isoladas, em terrenos já pertencentes aos mutuários finais.

4. Integram o SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO POPULAR (SIFHAP), disciplinador e coordenador da atuação das entidades federais, estaduais e municipais que intervenham na execução do PLANHAP:

- 4.1— o BNH, na qualidade de órgão central e normativo como representante do Governo Federal;
- 4.2— os GOVERNOS ESTADUAIS;
- 4.3— os GOVERNOS MUNICIPAIS;
- 4.4— as COMPANHIAS DE HABITAÇÃO POPULAR (COHABs) ou órgãos assemelhados, na qualidade de Agentes Promotores;
- 4.5— os AGENTES FINANCEIROS admitidos pela Diretoria do BNH, preferencialmente as COHABs e as instituições financeiras estaduais ou oficiais;
- 4.6— outras entidades públicas e privadas, a critério da Diretoria do BNH.

5. Os recursos para implantação e operação do SIFHAP serão mobilizados nos níveis federal, estadual e municipal.

5.1— A participação do Governo Federal no SIFHAP se dará através dos recursos ordinários do BNH ou oriundos de dotações orçamentárias específicas que vier a destinar a este fim, ou, ainda, de empréstimos internos e externos compatíveis com as normas operacionais do PLANHAP.

5.2— A participação dos Governos Estaduais e Municipais, no SIFHAP se dará com recursos oriundos de sua receita ordinária, ou de empréstimos que contraírem com esta finalidade específica, observados os limites e condições estabelecidas nesta Resolução e suas normas complementares.

6. Os FUNDOS ESTADUAIS DE HABITAÇÃO POPULAR (FUNDHAPs), instituídos no item 1, instrumentos financeiros permanentes e auto sustentáveis, disciplinados pelo BNH, serão constituídos e operados de modo a prover recursos suficientes ao atendimento dos objetivos do PLANHAP, no âmbito de cada Estado, cabendo-lhes:

- 6.1— co-participar, com o BNH, do financiamento de programas e projetos executados pelas COHABs;
- 6.2— suprir as necessidades financeiras das COHABs, segundo normas e critérios baixados pela Diretoria do BNH.

7. Os FUNDHAPs serão constituídos segundo normas baixadas pela Diretoria do BNH, que regularão:

- 7.1— forma de integralização e de gestão;
- 7.2— órgão gestor e respectivas atribuições;
- 7.3— responsabilidades e direitos dos participantes.

8. A execução do PLANHAP e a constituição do FUNDHAP, em cada Estado, serão precedidas de convênios entre o BNH e as entidades interessadas, nos quais se especificarão:

- 8.1— objetivos a atingir e respectivos prazos;
- 8.2— responsabilidades técnicas, administrativas e financeiras das partes convenientes e das entidades que vierem a aderir ao convênio;

8.3— obrigação para o Estado de coibir e/ou cobrir eventuais excessos de despesas e as perdas nas operações realizadas pelas COHABs, mantendo íntegro, em termos reais, o respectivo realizável;

8.4— órgão gestor do FUNDHAP;

8.5— normas gerais a que estarão sujeitas a integralização e operação do FUNDHAP;

8.6— estímulos do BNH à constituição e operação do FUNDHAP e condições para acesso a tais estímulos.

9. O valor de cada FUNDHAP será função dos programas habitacionais a executar, na respectiva área de atuação, e sua integralização, que será feita à medida da execução daqueles programas, cabe:

9.1— aos Governos Estaduais e Municipais, em função dos programas e projetos a executar nas respectivas áreas;

9.2— ao BNH, em valor equivalente ao diferencial de juros de 1% a.a. sobre os empréstimos que realizar, dentro do PLANHAP, em cada Estado;

10. A participação obrigatória anual do Estado no respectivo FUNDHAP será programada de forma a que não exceda de 2% da Receita Tributária Estadual (RTE) anual, incluídas neste limite as responsabilidades financeiras que vier a assumir com vistas à execução do PLANHAP.

11. O Estado poderá prescindir da participação dos Municípios para integralizar o FUNDHAP.

12. Os Municípios, para antecipar a execução de programas e projetos do PLANHAP, nas suas respectivas áreas, poderão participar do FUNDHAP até o valor necessário a que este proporcione os financiamentos previstos nesta Resolução, observados os limites específicos fixados, em cada caso, pela Diretoria do BNH.

13. O BNH poderá conceder a instituições financeiras estaduais ou oficiais, para empréstimos a Estados e Municípios, financiamentos que lhes permitam integralizar mais rapidamente o FUNDHAP, de acordo com as normas a serem baixadas pela Diretoria do BNH e observadas as seguintes condições gerais:

13.1— Valor: Compatível com a porcentagem da Receita Tributária Estadual (RTE) comprometida na execução do PLANHAP e com a RTE "per capita".

13.2— Juros: Até 8% em função da RTE "per capita".

13.3— Prazo de Carência: Igual ao período de desembolso, acrescido de até 12 meses.

13.4— Prazo de Amortização: Até 20 anos.

14. Os empréstimos de que trata o item anterior serão concedidos de modo a que, relativamente à execução do PLANHAP:

14.1— As responsabilidades financeiras obrigatórias do Estado não excedam 2% da sua RTE;

14.2— as obrigações financeiras anuais dos municípios se comportem dentro de limites julgados razoáveis, em cada caso pela Diretoria do BNH.

15. No Estado em que for constituído o FUNDHAP, nos termos desta Resolução, o BNH poderá conceder, além da participação referida no item 9.2 e dos empréstimos definidos nos itens 13 e 14, os seguintes estímulos:

- 15.1— empréstimos para construção e operação de habitações transitórias;
- 15.2— empréstimos para aplicação pelas concessionárias de serviços públicos e pelos órgãos da administração direta, estaduais e municipais, em obras e serviços de infra-estrutura e equipamentos comunitários de conjuntos habitacionais, inclusive para efeito de ampliar a integração destes às malhas urbanas a que estiverem vinculados;
- 15.3— empréstimos às COHABs para edificação e venda, a prazos, preços e juros de mercado, de instalações comerciais em conjuntos habitacionais;

15.4 — admissão em depósito, no próprio BNH, com juros e correção monetária de recursos pertencentes às entidades integrantes do SIFHAP;

15.5 — assistência técnica às COHABs do Estado para ampliar as respectivas viabilidades técnica, econômica e financeira.

16. — Os empréstimos de que trata o item anterior serão concedidos nas condições estipuladas pela Diretoria do BNH, observados, no que couber, os limites constantes do item 13.

17. — A execução do PLANHAP, em cada Estado, caberá às Companhias de Habitação Popular (COHABs) e órgãos assemelhados, credenciados pelo BNH e a este subordinados tecnicamente, de modo especial para os seguintes fins:

17.1 — observância de normas administrativas, padrões e custos operacionais da eficiência crescente, respeitados limites de operações ativas e passivas e índices mínimos de liquidez e solvabilidade;

17.2 — padronização contábil;

17.3 — subordinação a sistema integrado e permanente de controle e fiscalização, inclusive no que respeita ao provimento de cargos de direção e à prestação de informações periódicas.

18. — As COHABs admitidas pelo BNH como Agentes Promotores e Agentes Financeiros do PLANHAP terão acesso aos empréstimos indicados no item 15.3 e aos estímulos abaixo discriminados:

18.1 — renegociação global dos créditos "em ser", à data desta Resolução, nas condições fixadas pela Diretoria do BNH, desde que assegurada a transferência, aos mutuários finais, das vantagens derivadas de tal renegociação, sem prejuízo da cobertura das despesas normais de manutenção da própria COHAB, inclusive através de diferencial de juros;

18.2 — financiamento integral de programas e projetos habitacionais;

18.3 — empréstimos de capital de giro;

18.4 — empréstimos para solvência e liquidez, a juros mínimos de 2% a.a., observados os limites, valores, condições e contrapartidas estabelecidas pela Diretoria, em cada caso.

19. — Os empréstimos do BNH e dos FUNDHAPs às COHABs, referidos nos itens 18.2 e 18.3, estarão subordinados às normas operacionais do BNH e observarão as seguintes condições gerais:

19.1 — empréstimos para produção e comercialização de habitações:

19.1.1 — Valor: Equivalente aos investimentos totais incidentes, inclusive despesas de planejamento, fiscalização e administração, quando não superiores a 6% daqueles.

19.1.2. — Participação do BNH: Em função inversa do valor unitário médio das habitações compreendidas em cada projeto financiado, de acordo com os coeficientes que a Diretoria estabelecer.

19.1.3. — Participação do FUNDHAP: Equivalente à diferença entre a participação do BNH e o valor total referido no item 19.1.1.

19.1.4. — Prazos e Juros: Os fixados na RD-68/71 e respectivas alterações, observada carência não superior a 12 meses, contados da data aprovada pelo BNH para conclusão das obras.

19.2. — empréstimos para ampliação e melhoria de habitações financiadas pelo BNH, através da própria COHAB:

19.2.1 — Valor: Mínimo de 2.000 UPC, desembolsável parceladamente e consolidado uma vez por ano.



- 19.2.2. — Juros: 1% a.a.  
19.2.3. — Prazo de Carência: 6 meses, a partir da consolidação.  
19.2.4. — Prazo de Amortização: Equivalente à média ponderada dos prazos concedidos pela COHAB aos mutuários finais, adotado, no caso de fração de ano, o número inteiro de anos imediatamente superior.  
19.3. — empréstimos de capital de giro, com garantia solidária da entidade pública titular de controle acionário da COHAB e/ou de instituições financeiras estaduais ou oficiais;  
19.3.1. — Valor: Até 10% dos retornos ao BNH e/ou ao FUNDHAP, a que a COHAB estiver obrigada, nos 12 meses seguintes.  
19.3.2. — Forma de Desembolso: Em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas.  
19.3.3. — Prazo de Amortização: 3 anos, em parcelas mensais iguais e sucessivas, exigíveis a partir do mês imediatamente posterior ao último desembolso.  
19.3.4. — Juros: 2% a.a.  
19.3.5. — Condições de acesso da COHAB a este tipo de empréstimo: Estar em dia nas suas obrigações perante o BNH e o FUNDHAP, inclusive no que respeita às exigências técnicas, administrativas e operacionais que lhe forem formuladas, e não haver tomado empréstimo semelhante nos dezoito meses anteriores.  
20. — Os empréstimos das COHABs aos mutuários finais, dentro do PLANHAP, observarão as condições gerais constantes das normas operacionais do BNH e as seguintes normas específicas:  
20.1. — para aquisição de habitações:  
20.1.1. — Prazos e Juros: Os fixados na RD-68/71 e respectivas alterações;  
20.1.2. — Taxa de Cobrança e Administração (TCA): Até 0,05 da prestação;  
20.1.3. — Taxa de Apoio Comunitário (TAC): Até 0,03 da prestação.  
20.2. — para ampliação e/ou melhoria de habitações:  
20.2.1. — Valor: Até 120% do valor dos materiais de construção a serem utilizados, observados o limite individual máximo de 60 UPC e o percentual de comprometimento máximo da renda familiar.  
20.2.2. — Desembolso: Nas condições indicadas nas normas complementares a esta Resolução.  
20.2.3. — Juros: Os vigentes para o empréstimo original.  
20.2.4. — Prazo de Carência: 1 ano.  
20.2.5. — Prazo de Amortização: Equivalente ao restante do prazo do empréstimo original, menos o período indicado no item 22.2.4.  
20.2.6. — Taxas de Cobrança e Administração (TCA) e de Apoio Comunitário (TAC): As indicadas nos itens 20.1.2 e 20.1.3.  
20.2.7. — Condições indispensáveis para acesso do mutuário a este tipo de empréstimo: Ter sido pontual no pagamento do empréstimo original, há, pelo menos 12 meses, e não haver tomado empréstimo semelhante, nos últimos três anos.  
21. — Os empréstimos previstos nesta Resolução terão as garantias estabelecidas na legislação básica e nas normas operacionais do BNH, somente podendo ser dispensada garantia real quando se caracterizar sua inviabilidade e os recursos aplicáveis não constituírem exigível do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).  
22. — A Diretoria do BNH, com vistas a ampliar a eficiência operacional das COHABs;  
22.1. — disciplinará a organização e a forma de custeio de serviços permanentes de inscrição de pretendentes à casa própria, a serem mantidos pelas COHABs, permitindo-lhes cobrança de taxa de inscrição não superior a 10% do salário mínimo local e taxa de transferência de imóveis não superior a 0,5% do valor original do imóvel, em UPC;  
22.2. — estimulará a fusão de COHABs situadas no mesmo Estado, sempre que recomendável;  
22.3. — adotará normas que conduzam as COHABs a constituírem em depósito no próprio BNH, reservas financeiras para manutenção e operação, estimadas de acordo com os níveis de aplicação e custeio de cada COHAB;  
22.4. — disciplinará o Programa de Estímulo do PLANHAP (PEP), que fica desde logo criado, com o fim de incentivar o desenvolvimento do PLANHAP, podendo ser executado através de subprogramas.  
22.5. — estruturará mecanismo de garantia das operações ativas das COHABs, nas condições que definir.  
23. — As operações entre o BNH e as COHABs, até a efetiva constituição dos FUNDHAPs instituídos nesta Resolução, serão disciplinadas pelas normas em vigor e pelas normas transitórias que a Diretoria baixar, em consonância com os princípios desta Resolução.  
24. — Os atos complementares a esta Resolução serão baixados pela Diretoria ou por quem esta designar.  
25. — A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de janeiro de 1973.  
RUBENS VAZ DA COSTA — Presidente.

MENSAGEM — 108-73

Curitiba, 29 de novembro de 1973.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de colaboração celebrado em 14 de novembro de 1973, entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e os Estados da Federação inclusive o Paraná, com a intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Emílio Gomes — Governador do Estado.

Convênio de colaboração que entre si celebram, de um lado, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e, de outro, os Estados do Acre; Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Minas Gerais; Pará; Paraíba; Paraná; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro; Santa Catarina; São Paulo; Sergipe; Distrito Federal, com a intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE doravante denominada IBGE, representada, neste ato, por seu Presidente, Isaac Kerstenetzky, de acordo com o art. 19, letras "c" e "m" do Estatuto em vigor, na conformidade do art. 29 da Lei n.º 5.878, de 11 de maio de 1973, e os Estados do ACRE representado pelo Sr. Sansão Ribeiro de Souza, Diretor do Departamento de Planejamento e Controle da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral; ALAGOAS representado pelo Sr. Benedito Hihy Cerqueira, Secretário de Planejamento; AMAZONAS representado pelo Sr. Ozias Monteiro Rodrigues, Subsecretário de Planejamento e Coordenação Geral; BAHIA representado pelo Sr. Francisco Antônio Dantas Monteiro, Diretor do Departamento de Geografia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia; CEARÁ representado pelo Sr. Luiz Sérgio Gadelha Vieira, Secretário de Planejamento; ESPÍRITO SANTO representado pela Sra. Aleris Virgínia Rodrigues de Freitas, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico; GOIÁS representado pelo Sr. Nelson Teixeira Leão, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral; MARANHÃO representado pelo Sr. José Reinaldo Tavares, Secretário de Planejamento; MATO GROSSO representado pelo Sr. Sebastião Aroldo Rastrup, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral; MINAS GERAIS representado pelo Sr. Arnaldo Martins Borges, Diretor Geral do Instituto Estadual de Estatística; PARÁ representado pelo Sr. Roberto José Barbosa de Oliveira, Secretário Geral do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social; PARAÍBA representado pelo Sr. Cesar de Paiva Leite, Secretário de Planejamento; PARANÁ representado pelo Sr. Ivo Simas Moreira, Secretário de Planejamento; PERNAMBUCO representado pelo Sr. Olímpio José de Arroxelas Galvão, Coordenador Geral do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco; PIAUÍ representado pelo Sr. Antônio de Paiva Franco Ramos, Secretário de Planejamento; RIO GRANDE DO NORTE representado pelo Sr. Marcos Cesar Formiga Ramos, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral; RIO GRANDE DO SUL representado pelo Sr. Carlos Veríssimo de Almeida Amaral, Secretário de Coordenação e Planejamento; RIO DE JANEIRO representado pelo Sr. Darcy Campos de Medeiros, Presidente do Conselho de Planejamento e Coordenação; SANTA CATARINA representado pelo Sr. José Arnaldo Mezzari, Coordenador de Pesquisa e Estatística da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; SÃO PAULO representado pelo Sr. José Tiacci Kirsten, Diretor Geral do Departamento de Estatística da Secretaria de Economia e Planejamento; SERGIPE representado pelo Sr. Jacó Charcot Pereira Rios, Secretário de Planejamento; DISTRITO FEDERAL representado pelo Sr. Joíro Gomes da Silva, Secretário do Governo doravante denominados ESTADOS, e, como interveniente, a SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, representada por Affonso Armando de Lima Vitule, Secretário Geral em exercício, reunidos por ocasião do V ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, em Porto Alegre, no período de 12 a 14 de novembro de 1973:

CONSIDERANDO que a atuação do IBGE, nos termos do art. 2.º, § 1.º, da Lei n.º 5.878, de 11 de maio de 1973, se exerce mediante a produção direta de informações e a coordenação, a orientação e o desenvolvimento das atividades técnicas dos sistemas estatísticos e cartográficos nacionais;

CONSIDERANDO que, para desempenho de suas atribuições, é facultado ao IBGE firmar acordos, convênios e contratos com entidades públicas e privadas, na forma do art. 8.º do citado diploma legal;

EVOLUÇÃO DAS APLICAÇÕES DO PLANHAP

ESTADO: PARANÁ — VUI: 191 UPC

PARTICIPAÇÃO DIRETA DO BNH NOS INVESTIMENTOS HABITACIONAIS: 79,6%

FUNDHAP						BNH				TOTAL		ESTADO
Integralização			Retorno			Aplicações	Ativo	Aplicações	Investimento	N U		Dispendio Anual % RTF
ANO	Integ. Direta	Financ. Supl.	Total	Rj.	DIF.					S	Ac	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	116	49	165	—	—	165	165	644	809	4 240	4 240	0,66
2	121	52	173	11	6	190	349	744	934	4 894	9 134	0,68
3	127	55	182	23	14	219	554	853	1 072	5 618	14 752	0,71
4	134	57	191	36	22	249	780	974	1 223	6 408	21 160	0,73
5	141	60	201	53	30	284	1 031	1 106	1 390	7 283	28 443	0,75
6	148	63	211	70	40	321	1 308	1 252	1 573	8 243	36 686	0,77
7	155	66	221	90	51	362	1 613	1 412	1 774	9 296	45 982	0,79
8	163	70	233	112	63	403	1 949	1 588	1 996	10 459	56 441	0,81
9	171	73	244	137	76	457	2 317	1 781	2 238	11 727	68 168	0,83
10	178	77	256	165	90	511	2 722	1 992	2 503	13 114	81 232	0,85

A Comissão de Constituição e Justiça.



CONSIDERANDO a importância da produção de informações estatísticas para o planejamento dos ESTADOS e a necessidade do aperfeiçoamento técnico e administrativo de suas unidades de Estatística;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 5.878, de 11 de maio de 1973, que estabeleceu nova estruturação e o funcionamento, de forma integrada, ao IBGE, manteve os princípios de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios consagrados pela Convenção Nacional de Estatística e pelos Convênios Nacionais de Estatística Municipal,

AJUSTAM o presente Convênio, regido pelas Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O IBGE promoverá com os ESTADOS, na forma do art. 7.º da Lei n.º 5.878, de 11 de maio de 1973, reuniões nacionais e regionais visando à discussão de programas de trabalho e de assuntos técnicos, nas áreas de competência do IBGE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O IBGE, colocará à disposição dos ESTADOS, sempre que disponíveis, os dados e apurações de sua competência e poderá, quando solicitado pelos ESTADOS, realizar, com ou sem onus para estes: I — levantamentos e estudos especiais nas áreas de sua competência, para fins de planejamento a nível estadual (art. 3.º, da Lei n.º 5.878-73); II — ampliação de inquéritos e elaboração de tabulações específicas de dados não previstos nos seus planos normais de tabulação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Os ESTADOS colocarão à disposição do IBGE, sempre que disponíveis, os dados decorrentes de apurações efetuadas e os relativos a registros administrativos e poderão realizar, quando solicitados pelo IBGE, com ou sem onus para este, atividades na área de competência do IBGE.

#### CLÁUSULA QUARTA

O IBGE assegurará aos ESTADOS, segundo as condições disponíveis de execução, apoio para a modernização das unidades estaduais de estatística, através de sua reestruturação técnico-administrativa e de treinamento e aperfeiçoamento de profissionais e especialistas nas atividades correspondentes às áreas de sua competência (art. 2.º, § 2.º e art. 3.º da Lei n.º 5.878-73), cabendo aos Estados criar as condições necessárias à efetivação desse apoio.

#### CLÁUSULA QUINTA

A execução do presente Convênio no que respeita ao inciso V da Cláusula Primeira do CONVÊNIO DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO, celebrado em Brasília, a 14 de setembro de 1972, entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e os Governos dos Estados e o Distrito Federal, se fará em articulação com a Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (SAREM).

E por estarem justos e acordados as partes convenientes, devidamente credenciadas, assinam o presente Convênio, na presença das testemunhas adiante arroladas.

Porto Alegre, 14 de novembro de 1973.

Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral — AFFONSO ARMANDO DE LIMA VITULE.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — ISSAC KERSTENETZKY.

Governo do Estado do Acre — SANSÃO RIBEIRO DE SOUZA.

Governo do Estado do Alagoas — BENEDITO HIBY CERQUEIRA.

Governo do Estado do Amazonas — OZIAS MONTEIRO RODRIGUES.

Governo do Estado da Bahia — FRANCISCO ANTÔNIO D'ANTAS MONTEIRO.

Governo do Estado do Ceará — LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA.

Governo do Estado do Espírito Santo — ALERSIS VIRGINIA RODRIGUES DE FREITAS.

Governo do Estado de Goiás — NELSON TEIXEIRA LEAO.

Governo do Estado do Maranhão — JOSÉ REINALDO TAVARES.

Governo do Estado de Mato Grosso — SEBASTIÃO AROLDO RASTRUP.

Governo do Estado de Minas Gerais — ARNALDO MARTINS BORGES.

Governo do Estado do Pará — ROBERTO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA.

Governo do Estado da Paraíba — CESAR DE PAIVA LEITE.

Governo do Estado do Paraná — IVO SIMAS MOREIRA.

Governo do Estado de Pernambuco — OLÍMPIO JOSÉ ARROXELAS GALVAO.

Governo do Estado do Piauí — ANTÔNIO DE PAIVA FRANCO RAMOS.

Governo do Estado do Rio Grande do Norte — MARCOS CESAR FORMIGA RAMOS.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul — CARLOS VERISSIMO DE ALMEIDA AMARAL.

Governo do Estado do Rio de Janeiro — DARCY CAMPOS DE MEDEIROS.

Governo do Estado de Santa Catarina — JOSÉ ARNALDO MEZZARI.

Governo do Estado de São Paulo — JOSÉ TIACCI KIRSTEN.

Governo do Estado de Sergipe — JACÓ CHARCOT PEREIRA RIOS.

Governo do Distrito Federal — JOIRO GOMES DA SILVA.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM — 111-73

Curitiba, 12 de dezembro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 07-73, celebrado em 8 de outubro de 1973, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, objetivando acelerar a execução do levantamento de Reconhecimento e Aptidão Agrícola com a respectiva impressão de seus mapas nas áreas 1, 2, 3, 6 e 7 da Divisão Estadual do Paraná adotada pela CERENA — Comissão de Recursos Naturais do Paraná, na escala de 1:300.000, de acordo com os padrões adotados pela Divisão de Pesquisa Pedológica do Ministério da Agricultura.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

#### ACORDO N.º 07-73

Termo de Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, de um lado, neste ato representada pelo seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Meiro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5.365, de 1.º

de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 8 de maio de 1969, e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 8 de setembro de 1969, doravante designada simplesmente "SUDESUL" e de outro lado o Estado do Paraná, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Governador, Engenheiro Emílio Hoffmann Gomes, doravante designado simplesmente GOVERNO, têm justo, certo e combinado a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Acordo tem por objetivo acelerar a execução do levantamento de Reconhecimento e Aptidão Agrícola com a respectiva impressão de seus mapas nas áreas 1, 2, 3, 6 e 7 da Divisão Estadual do Paraná adotada pela CERENA — Comissão de Recursos Naturais do Paraná, na escala de 1:300.000, de acordo com os padrões adotados pela Divisão de Pesquisa Pedológica do Ministério da Agricultura.

**Parágrafo Primeiro** — O estudo da área a ser levantada, objeto do presente Acordo, encontra-se atualmente na seguinte situação:

Área 1 — Mapa de Reconhecimento e Relatório executados e impressos:

Mapas de Aptidão — Executados e a serem impressos.

Área 2 — Mapa de Reconhecimento e Relatório executados e impressos.

Mapas de Aptidão em execução.

Área 3 — Mapa de Reconhecimento e Relatório em execução.

Mapas de Aptidão a serem executados.

Área 6 — Mapa de Reconhecimento e Relatório executados e a serem impressos.

Mapas de Aptidão a serem executados.

Área 7 — Mapa de Reconhecimento e Relatório em execução.

Mapas de Aptidão a serem executados.

**Parágrafo Segundo** — No período de um ano os trabalhos deverão obedecer o seguinte cronograma de atuação:

a) — Em 180 dias deverão estar à disposição da gráfica para impressão os mapas de aptidão das áreas 1 e 2 e os Mapas de Levantamento Pedológico da área 6.

b) — Em 270 dias deverão estar à disposição da gráfica para impressão os Mapas de Levantamento Pedológico das áreas 3 e 7.

c) — Em 360 dias deverão ser apresentados à SUDESUL sob forma de minuta final os Mapas de Aptidão das áreas 3 e 7.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Para a execução do convencionado neste instrumento, a SUDESUL contribuirá com a importância de Cr\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil cruzeiros), cujas despesas correrão à conta de seu Orçamento Programa para o exercício de 1973 e assim classificados: a) — Programa: Administração — Subprograma: Planejamento e Organização — Projeto: 01.08.1.041 — Estudos Básicos de Planejamento Espacial, Setorial e Regional, Código: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros — Valor Cr\$ 169.640,27 e b) — Programa: Recursos Naturais — Subprograma: Estudos e Pesquisas — Projeto: 14.02.1.053 — Plano Agrohídrológico da Região Sul — Código: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros — Valor Cr\$ 220.359,73, empenhados, respectivamente, sob os números 899 e 900 em 05-10-73.

**Parágrafo Primeiro** — Paralelamente à contribuição da SUDESUL o GOVERNO, para a execução do convencionado neste ato, compromete-se a contribuir conforme estipulado nos parágrafos 2.º e 3.º, respectivamente, desta mesma Cláusula e constante do Plano de Aplicação inserido à fl. 35, do Processo protocolado na SUDESUL sob o n.º 1648-73.

**Parágrafo Segundo** — Cabe ao Governo dar o apoio logístico a manutenção da estrutura da CERENA; fornecer dois veículos novos para o trabalho de campo; adquirir todo o equipamento cartográfico necessário.

**Parágrafo Terceiro** — Cabe ainda ao Governo efetuar as gestões necessárias, junto à EMBRAPA visando: a) — locação da equipe técnica com os devidos encargos diários e apoio logístico; b) — impressão do Relatório e Mapas de Aptidão Agrícola das áreas 1 e 2; c) — impressão do Relatório e Mapa de Reconhecimento da Área 6; d) — conclusão, sob forma de minuta do Relatório e dos Mapas de Aptidão das áreas 3 e 7.

**Parágrafo Quarto** — A contribuição da SUDESUL terá a sua aplicação exclusivamente em: a) — elaboração e confecção do Mapa de Aptidão e Relatório da Área 2; b) — impressão dos Mapas Pedológicos com respectivo Relatório das Áreas 3 e 7; c) — contratação de um cartógrafo, obedecendo as limitações e especificações constantes do Processo já mencionado.

**Parágrafo Quinto** — Toda a despesa necessária à execução do disposto na Cláusula Primeira e seus Parágrafos, que exceder a contribuição da SUDESUL, correrá por conta do Governo que se obriga a prover os recursos necessários, a fim de que o objeto deste instrumento seja totalmente executado no prazo estabelecido.

**Parágrafo Sexto** — O pagamento da SUDESUL, será feito de uma só vez, após a assinatura do presente Acordo e preenchidas as formalidades legais.

**Parágrafo Sétimo** — A importância recebida pelo Governo será obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil S. A. em conta vinculada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O Governo poderá atribuir à Comissão de Estudos dos Recursos Naturais Renováveis do Estado do Paraná — CERENA — Coordenação dos trabalhos descritos no presente instrumento, cabendo-lhe a gestão dos Recursos Financeiros destinados à execução do objeto do presente instrumento.

**Parágrafo Primeiro** — A prestação de contas do Governo será feita dentro do prazo de trinta (30) dias, contados do término do prazo estabelecido na Cláusula Quarta, com os documentos originais correspondentes e será organizada em forma contábil observando as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhado de Demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentadas pela SUDESUL.

**Parágrafo segundo** — Os saldos dos recursos mencionados nesta Cláusula, por ventura inaplicados, reverterão aos cofres da SUDESUL, por ocasião da prestação de contas.

#### CLÁUSULA QUARTA

O Governo compromete-se a promover a execução do acordado neste ato, dentro do prazo de um ano, contados da data de recebimento da contribuição da SUDESUL, prevista neste instrumento, observado o cronograma estabelecido no parágrafo segundo da cláusula primeira deste pacto.

#### CLÁUSULA QUINTA

Em todas as publicações e relatórios relacionados com o desenvolvimento do serviço objeto do presente Acordo, bem como, nos veículos utilizados no mesmo, constarão os seguintes dizeres — Acordo Ministério do Interior — SUDESUL — Governo do Estado do Paraná

#### CLÁUSULA SEXTA

Dever ser enviada à SUDESUL trimestralmente, relatório circunstanciado de todas as atividades exercidas no período.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

Na aquisição de materiais ou execução de serviços deverão ser obser-



vadas as disposições do Decreto Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, artigos 125 até ao 144.

#### CLAUSULA OITAVA

O período de vigência do presente Acordo será de 2 (dois) anos, contados da data de recebimento da contribuição da SUDESUL.

#### CLAUSULA NONA

Fica assegurado à SUDESUL o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o andamento dos trabalhos objeto deste Acordo, cabendo ao Governo, sempre que solicitado, fornecer todos os dados e subsídios julgados necessários.

#### CLAUSULA DECIMA

De todas as publicações oriundas do presente Acordo deverão ser enviadas à SUDESUL vinte e cinco (25) cópias para seu uso.

#### CLAUSULA UNDECIMA

Caberá ao Departamento de Recursos Naturais da SUDESUL a emissão do Laudo Técnico exigido pelo artigo 29 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

#### CLAUSULA DUODECIMA

A falta de cumprimento de qualquer das obrigações aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente instrumento. Se o inadimplemento for imputável ao governo, ficará o mesmo obrigado a restituir a SUDESUL a importância desta recebida dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data em que for constatada a infração, se for imputável a SUDESUL ficará esta obrigada a quitar os compromissos já assumidos e a serem cobertos com sua contribuição, conforme o cronograma e Plano de Aplicação anexos. Ambos os ressarcimentos se farão independente de interposição judicial ou extra-judicial.

#### CLAUSULA DECIMA TERCEIRA

As partes de comum acordo elegem o foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente Acordo.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas (2) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também abaixo firmam.

Porto Alegre, 08 de outubro de 1973.

"SUDESUL" Eng.º Paulo Affonso de Freitas Melro — Superintendente.

"GOVERNO" Eng.º Emílio Hoffmann Gomes — Governador

TESTEMUNHAS:

ass. ilegíveis

Firmas reconhecidas no original.

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 112-73

Curitiba, 14 de dezembro de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 2.274-73, de 2 de outubro próximo passado, firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, diz, com o devido detalhe, sobre a necessidade, oportunidade e interesse público na aprovação da medida legal ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES — Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado, a alienar, por doação, em favor da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, o prédio em alvenaria de tijolos com 10 (dez) salas de aula, auditório, gabinete, casa de zelador e demais benfeitorias e respectivo terreno com 13.063,50 metros quadrados, constituído por 5 (cinco) quadras da Vila Jardim Marymar da cidade de Jacarezinho que se acham circunscritas entre divisas com a estrada de rodagem Jacarezinho — Santo Antonio da Platina, rua Padre Melo e Julio Freire Alves, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º de ordem 11.221 fls. 206 do livro 3-k do Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho.

Art. 2.º. Da escritura de doação do imóvel descrito no artigo anterior, deverá constar cláusula pela qual a donatária se obrigue a respeitar o uso de parte do mesmo imóvel, por 4 (quatro) classes do Colégio Comercial Estadual de Jacarezinho, até que sejam elas absorvidas por outro estabelecimento de ensino em consequência da implantação da Reforma de Ensino, ou até que essas classes sejam instaladas em outro prédio.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Of. n.º 2.274-73

Curitiba, 2 de outubro de 1973.

Excelentíssimo Senhor Governador

Tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência, para fins de encaminhamento de mensagem à d.ª Assembléia Legislativa Estadual o anexo projeto de lei, que visa a autorizar o Chefe do Poder Executivo a alienar, por doação, em favor da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, o prédio e respectivo terreno, situado à rua Padre Melo, s.n.º, onde funcionou o Grupo Escolar Dr. Gustavo Lessa, da mesma cidade.

Por ocasião da instituição da referida fundação, estabeleceu o artigo 3.º alínea "a", do Decreto n.º 21.477, de 30 de outubro de 1970, que o "patrimônio da Fundação se constituirá" "dos bens imóveis, móveis e equipamentos e instalações que lhe forem expressamente destinadas ou que pertencerem atualmente à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

Ocorre que a Faculdade a que se referiu o citado dispositivo não era, a esse tempo, proprietário de nenhum imóvel, pois revestia a condição de simples órgão da administração direta estadual e, assim, não possuía personalidade jurídica e não tinha capacidade para adquirir bens em seu próprio nome.

Além disso, a autorização constante do artigo 22, da Lei n.º 6.034 de 6 de novembro de 1969, não se referia a nenhum imóvel de maneira específica, deficiência que a Assessoria jurídica do Gabinete desta Secretaria, em seu parecer, considera contrária aos pressupostos do artigo 67 do Código Civil.

Por outro lado, o projeto resguarda ao seu artigo 2.º o uso de parte do prédio por quatro (4) classes do Colégio Comercial Estadual de Jacarezinho, que ali funcionam, até que sejam elas absorvidas por outro estabelecimento de ensino em consequência da implantação da Reforma do Ensino.

Valho-me do ensejo para reafirmar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

a) CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA

Secretário da Educação e Cultura.

A Sua Excelência o Senhor

Doutor Emílio Hoffmann Gomes

Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

NESTA CAPITAL

A Comissão de Constituição e Justiça

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 362, 363, 364, 366, 368 e 369-73, do Senhor Governador do Estado comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

213-73: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 78-73, que versa sobre Proposta Orçamentária Plurianual de Investimento da Administração Estadual, para o Triênio de 1974-1976, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.488. — Agradeça-se.

199-73: Do Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, o qual concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Doutor José Luiz Guerra Rego, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.491. — Agradeça-se.

67-73: Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública, as obras de Assistência Social e Educativa Bom Pastor, com sede na cidade de Mandaguari, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.489. — Agradeça-se.

26-73: Do Senhor Deputado Borsario Pitelli, que declara de utilidade pública, o Centro Procopense de Combate ao Câncer Feminino Dona Joana Athaide, da cidade de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.490. — Agradeça-se.

103-73: Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores que especifica, pertencente a Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.493. — Agradeça-se.

182-73: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo transferir por doação, à FUNDEPAR, o terreno situado no Quadro Urbano da sede do Município de Querência do Norte, para nele ser construída uma Unidade Escolar, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.492. — Agradeça-se.

Sob o n.º 372-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º:

141-73: Do Senhor Ex-Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que visa criar no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo do Bugre, com sede e divisas que especifica. — A C.C.J.

Da Secretaria Di Stato, Dal Vaticano, acusando o recebimento e agradecendo o Requerimento formulado pelo Senhor Deputado Domicio Scaramella, Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.º 164-73, do Senhor Alberto Stefano Cattani, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros, no Estado do Paraná, comunicando haver tomado posse a nova Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados Representantes junto aos órgãos públicos, Delegados Regionais e respectivos suplentes que regerão dos destinos daquela Entidade para o triênio 1973-1976. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n.º 53-73, do Senhor Aldino Scholz, Presidente da Câmara Municipal de São João, comunicando que foi aprovado por unanimidade de votos, o requerimento do Senhor Vereador Izaltino Rossi, no sentido de que esta Casa vá de encontro aos órgãos competentes a fim de sejam liberados os moinhos coloniais para moagem do trigo. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado João Fadel, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 30-73.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, à Casa após ouvido o Plenário seja enviado apelo ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que aquela autoridade envie estudos, visando a possibilidade de colocar um transformador com o respectivo equipamento para o fornecimento de energia elétrica na localidade de Augusto Loreiro, Município de Bituruna.

A certeza que a medida será concretizada vem do fato de que, nos últimos anos o programa de eletrificação tem sido intensificado e é uma das metas estabelecidas com prioridade tanto, na área federal, como estadual, com o propósito de levar à zona rural este benefício, propiciando, em consequência, ao homem do campo, melhores condições de vida.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1974.

(a) — Domicio Scaramella.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício às Centrais Elétricas de São Paulo S.A. CESP, solicitando que a mesma determine o desmatamento e limpeza do leito da futura represa do Capivara, no Rio Paranapanema, com o objetivo de, naquele local, criar-se condições favoráveis às atividades de natureza turística, desportiva e comercial.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1974.

(a) — Borsari Netto.

#### JUSTIFICATIVA:

A Usina do Capivara que está sendo construída pela CESP, inundará cerca de 22.000 alqueires de terras, das mais férteis situadas em 17 Municípios, sendo 11 do Estado do Paraná. (Porecatu Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Sertãoópolis, Ibioporã, Jataizinho, Rancho Alegre, Sertaneja Santa Mariana Bandeirantes e Andará).

Considerando as terras que serão atingidas e as alterações das condições da região, face à construção da obra, entendemos plenamente justificável o desmatamento e a limpeza do leito da futura represa, pois tal iniciativa beneficiará a irrigação a piscicultura, o turismo a recreação etc.

Há de se considerar ainda que o custo do desmatamento e da limpeza será irrisório em confronto com o valor global das obras que vêm sendo realizadas e com os benefícios que serão proporcionados a extensa região, densamente povoada.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, mui respeitosamente, solicitar de Vossa Excelência seja determinado a



anotação junto a Divisão de Comissões, dos nomes dos Senhores Deputados do MDB, para integrarem as Comissões Técnicas da Casa, conforme relação abaixo:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Deputado Sebastião Rodrigues Júnior  
Deputado Nelson Buffara  
Suplente — Deputado Iris Mário Caldart

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

Deputado Alvaro Dias  
Suplente — Deputado Sebastião Rodrigues Júnior

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**

Deputado Nelson Buffara  
Suplente — Deputado Antonio Belinatti

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Deputado Domicio Scaramella  
Suplente — Deputado Iris Mário Caldart

**COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES**

Deputado Antonio Belinatti  
Suplente — Deputado Domicio Scaramella

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

Deputado Alvaro Dias  
Suplente — Deputado Sebastião Rodrigues Júnior

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

Deputado Domicio Scaramella, Alvaro Dias e Iris Mário Caldart  
Suplente — Deputado Mauricio Fruet — Antonio Belinatti — Nelson Buffara.

**COMISSÃO DE POLÍCIA**

Deputado Antonio Belinatti e Nelson Buffara.  
Suplente — Deputado Mauricio Fruet — Sebastião Rodrigues Jr.

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

Deputado Domicio Scaramella  
Suplente — Deputado Mauricio Fruet

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Deputado Iris Mário Caldart  
Suplente — Deputado Alvaro Dias

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

Deputado Antonio Belinatti  
Suplente — Deputado Domicio Scaramella

**COMISSÃO DE TURISMO**

Deputado Mauricio Fruet  
Suplente — Deputado Sebastião Rodrigues Júnior

Sala das Sessões, em 5 de março de 1974.

**(a) DOMICIO SCARAMELLA**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, declino do uso da palavra.

SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

É com prazer que apresentamos à Mesa Executiva, nesta tarde, o seguinte Requerimento: (Lê)

“Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja inserida na Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações pela instalação de uma agência bancária do Banco Real S.A. no Município de Bituruna, fato este acontecido no dia 20 do mês próximo passado.

Bituruna vive hoje uma sua antiga inspiração: a instalação de uma agência bancária em sua sede municipal, e esta presença não seria possível sem a participação, alias fruto de seu trabalho, do prefeito Arlindo Rochenbaker.

A participação do Banco Real S.A. em Bituruna ensinará insofismáveis benefícios à comunidade local, notadamente junto a classe empresarial que até então ressentia-se de um estabelecimento de crédito.

Que este voto congratulatório seja extensivo aos srs. Paulo Guilherme e Edil Castro Souza, respectivamente, diretores Regional e Administrativo pela visão das possibilidades de funcionamento desta agência bancária que entrará em ação no próximo dia 15 do mês corrente.

Ao ensejo em que nos congratulamos, aproveitamos a oportunidade para formular apelo aqueles diretores no sentido de que estudem a viabilidade de instalação de agências nos Municípios de General Carneiro e Cruz Machado, que como Bituruna, até então, ressentem-se de um estabelecimento para transações bancária de crédito e financiamento.

Requer outrossim, sejam oficiados os dirigentes acima citados, bem como ao Prefeito Municipal de Bituruna, o teor deste Requerimento.

Curitiba, 5 de março de 1974”.

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Um dos trabalhos mais louváveis levados a efeito pela administração de Curitiba, sem dúvida alguma é a implantação da chamada “Cidade Industrial”.

Entretanto, durante o período de recesso, fomos procurados por várias pessoas que possuem propriedades naquela área e que nos apresentaram queixas e reclamos acerca do critério de desapropriação adotado pela URBS, no que diz respeito às áreas em foco.

Esta a razão que nos traz hoje à Tribuna, a fim de solicitar de S. Exa. o nobre líder do Governo e também do nobre líder da Bancada da Arena, a gentileza e a especial fineza de serem fornecidas, a este Deputado, algumas informações acerca do assunto, já que as reclamações trazidas ao nosso conhecimento revelam, se procedentes, graves irregularidades na condução do processo de desapropriação por parte da URBS.

Talvez cause estranheza aos srs. Deputados que o assunto, preso de certa forma à administração municipal, seja tratado da Tribuna da Assembléia. Ocorre que o critério em vigência, neste País de designação dos Prefeitos

de Capitais, através de uma indicação do titular do Executivo do Estado, transforma a Assembléia também em fórum competente para se discutir certos aspectos da administração municipal, deslocando-os do âmbito do Legislativo Municipal para esta Casa.

As reclamações dizem que critérios divergentes haviam sido adotados na apreciação do valor pelo qual seriam desapropriadas as diversas áreas. Segundo essas reclamações, arbitrariamente se fixou o preço de Cr\$ 1,68 o metro quadrado em determinadas áreas e Cr\$ 7,50 o metro quadrado em outras. Uma série de pequenas propriedades foram adquiridas em termos de desapropriação por preços ínfimos, dada a pouca condição de seus proprietários se dirigirem ao Judiciário em busca de um preço melhor para seu patrimônio.

Sei inclusive, que uma dessas desapropriações encontra-se sob apreciação judicial, já que o desapropriado não concordou com o preço de Cr\$ 1,68 o metro quadrado, considerando que outras propriedades foram ali desapropriadas amigavelmente ao preço de Cr\$ 7,50 o metro quadrado.

Nosso principal objetivo é de nos esclarecer primeiramente, formarmos nossa própria opinião sobre o assunto, porque se encontram no mesmo envolvimento personalidades ligadas à administração estadual.

Portanto, daí a nossa preocupação em solicitar ao líder do Governo e também ao líder da ARENA estas informações para formarmos nosso juízo acerca das reclamações dos senhores proprietários e que foram trazidas ao nosso conhecimento.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Recebo as palavras de V. Exa. com muito bom grado porque nós, da ARENA nesta Casa, também, no meu entender, temos um compromisso maior com o povo e com a opinião pública paranaense. As informações preliminares que V. Exa. traz à Casa, ou melhor dizendo, numa terminologia moderna, os informes que V. Exa. traz à Casa, realmente ensinam alguma preocupação, se constatados porque, segundo V. Exa. há uma disparidade de preços para a desapropriação de áreas da chamada zona industrial de Curitiba. Evidentemente o assunto é relevante e merecerá toda a atenção da ARENA. Quero desde já aquietar V. Exa. de que o fato de pertencermos a Partidos opostos não vai impedir que toda a verdade venha à tona. Era o esclarecimento e quero agradecer a oportunidade de dar o aparte.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa. e me permitiria então formalizar verbalmente a V. Exa., nobre líder da ARENA, perguntas acerca das quais pediria a boa vontade de V. Exa. para que sejam prestados os esclarecimentos necessários.

Primeiramente, qual a totalidade da área desapropriada para a cidade industrial. 2.º) Quais os proprietários das áreas desapropriadas. 3.º) qual o valor pago por metro quadrado de cada área desapropriada e, 4.º e último, cópia do laudo em que se fundamentou a URBS para a fixação dos diversos preços de desapropriação.

Ao agradecer a V. Exa., bem como ao nobre Líder do Governo, peço notar que a minha atitude é a mais cautelosa possível, recusando-me a formar um pensamento, uma conclusão acerca das informações que me foram fornecidas, sem dispor daqueles documentos que naturalmente a URBS possui e que deve ter fundamentado a fixação de preços por metro quadrado, através deles.

De posse desses laudos, então teremos condições de formar nosso próprio juízo, porque o que lamento, sobretudo, é que os pequenos proprietários não tiveram condições de ir à Justiça e buscar um reajuste, uma melhoria do preço que a URBS prometeu pagar, desde que os outros grandes proprietários se encontram pleiteando em juízo uma revisão do preço que a URBS queria lhes pagar por metro quadrado de sua propriedade. Na argumentação judicial desses proprietários, estranho que eles tenham recebido uma oferta da URBS de Cr\$ 1,68 por metro quadrado, enquanto outros proprietários foram pagos à razão de 7,50 por metro quadrado, amigavelmente, nos cofres da Prefeitura.

O assunto diz respeito a grandes proprietários, a pessoas de projeção na vida econômica e administrativa do Estado e gostaria de obter esses elementos para que pudessemos debater os francamente, e, de posse deles, levá-lo às pessoas que me procuraram, e com as quais me comprometi, dar os esclarecimentos necessários, inclusive o meu convencimento, caso o critério adotado pela URBS a mim me pareça justo. Proponho-me, inclusive, a levar a essas pessoas que me procuraram, e com as quais me comprometi, dar os esclarecimentos do assunto.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Direito, no aparte que V. Exa. me concedeu, que efetivamente considero esta Assembléia o fórum político competente para tratar da matéria, de vez que o assunto transcende um pouco a um mero enfoque municipal e diz respeito a uma camada da população paranaense e, nessas circunstâncias, é evidente que o Poder Legislativo, a quem cabe, em última instância a fiscalização dos atos do Executivo, está perfeitamente à vontade para tratar do problema. Reafirmo a V. Exa., que não serão sonegadas as informações que V. Exa. solicita e também, aparentemente me parece, pelo menos insólita a distonia entre os dois preços. Mas acredito que haverá uma razão para a explicação do descompasso entre os dois preços ofertados aos desapropriados. Hoje mesmo, tenho certeza que juntamente com o Deputado Ivo Thomazoni, procuraremos trazer toda a verdade com relação às desapropriações na área industrial de Curitiba.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no aguardo das informações solicitadas, agradecemos a atenção da Casa e voltaremos oportunamente ao assunto. — Muito obrigado. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Instalou-se, há poucos dias em todo o Brasil, a Campanha da Fraternidade, que vem sendo obra fecunda em toda a Pátria há dez anos.

Assistimos, aqui em Curitiba, com a presença inclusive do nobre Presidente deste Poder Legislativo, a instalação oficial dessa campanha que, este ano, traz o slogan “Onde está seu irmão?”. Muito a propósito este salutar e notável encômio dessa campanha fantástica, extraordinária que se agiganta no País inteiro e que traz extraordinários frutos de compreensão, de aproximação e de estima; muito a propósito, no início da presente Legislatura, queremos associar-nos com esta campanha e fazer o nosso veemente apelo a que este Legislativo a ela também se vincule e todos os Srs. Deputados na sua mais alta e extraordinária missão de sentido humano e cristão, associem-se a esta campanha, emprestem a sua colaboração porque é evidente, claro e conhecido que mais do que ninguém, o mundo encontra-se conturbado. Os entreschoques distanciam os corações e distanciam os homens. Daí o nosso apelo, através da Presidência desta Casa, para que o Poder Legislativo do Paraná



se associe a esta Campanha que tem alto e extraordinário significado. Também e a propósito disto na oportunidade nós pedimos que seja incerto nos Anais dos trabalhos de hoje as palavras de Paulo VI a propósito da campanha da fraternidade no Brasil, cujas palavras são dirigidas ao povo brasileiro da seguinte forma: Oxalá que no querido Brasil jovem e intenso, esta campanha da fraternidade leve a todos e a cada um dos seus filhos a ver e a iluminar com a luz da fé, tudo que é honesto, tudo que é puro, tudo que é amável, tudo que é boa fama, tudo que é virtuoso e louvável para unidos pela esperança serem autênticos restauradores da vida a todos os níveis. Eis, aí Sr. Presidente, Srs. Deputados, o queremos registrar o início e a propagação desta Campanha da Fraternidade como um apelo a este Poder Legislativo a ela se associe de todas as formas e meios possíveis e que também se inscreva nos Anais dos trabalhos de hoje as palavras de Paulo VI. — (Sem revisão do Orador).

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Foi muito feliz o Sr. Deputado Iris Caldart de vir à Tribuna, praticamente no instante em que o Poder Legislativo Estadual reinicia as suas atividades normais, fazer um apelo aos Parlamentares para que cooperem efetivamente com a Campanha da Fraternidade.

Srs. Deputados, 10 anos tem esta campanha, iniciada por uma felicidade extraordinária que visa não apenas reunir recursos materiais para a realização do bem comum, mas sobretudo visa o despertar no coração de cada um o sentimento exato daquele que se chama o cumprimento da Lei de Deus. As leis da terra são muito complicadas e muito difíceis mas a Lei de Deus é muito simples. São dez mandamentos apenas e que se resumem em dois somente.

“Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos”. Cumprindo estes dois mandamentos estaremos cumprindo integralmente a Santa Lei de Deus. E nossa oração que não é apenas dos católicos mas de todos os cristãos, o “Pai Nosso”, nós sintetizamos a doutrina cristã, quando dizemos “Seja feita a vossa vontade, assim na terra como nos céus”. Não estamos querendo que nossa opinião, que os nossos desejos se sobreponham a Deus, mas que nos submetemos à sua vontade, do mesmo modo, quando dizemos, “Perdoamos, perdoe as nossas ofensas, assim como eu perdo-o”. É muito difícil cumprir realmente aquilo que se fala porisso meus amigos, no instante em que muita gente está de mãos dadas dentro de uma Igreja rezando o “Pai Nosso”, será que porventura ele sabe que aquele que está à sua direita, e aquele que está à sua esquerda são verdadeiramente seus irmãos? Ou será que ele sente aquela emoção religiosa, aquele sentimento fraternal apenas nas quatro paredes da Igreja, e saindo daí, ele passa sem perceber que aquele caminhante é um seu irmão efetivamente. Talvez quantas e quantas vezes, que ele vai à Missa dominical de automóvel, e encontra um amigo ou um vizinho seu, que também vai à Missa, mas vai a pé, e ele não tem a coragem e o despreendimento de oferecer uma carona? “Onde está teu irmão” — é o “slogan” da campanha presente.

Srs. Deputados, como é difícil nós descobrirmos o nosso irmão. E muita gente que pensa que o dinheiro compra tudo, com dinheiro apenas eu não posso me vestir, eu me visto de roupas, de calçados. Com o dinheiro apenas que não posso morar, mas eu preciso de taboas, tijolos, de material de mão de obras.

Porisso, meus amigos, quando a gente está na nossa casa num dia de chuva, deveríamos reflexionar da seguinte maneira: Se estou neste instante gozando do abrigo de um lar, se estou descansando em minha casa, foi preciso que existisse alguém que tenha dinheiro e não quis viver de juro, não quis viver na “dulce farniente”, mas soube empregar este dinheiro na indústria para dar serviço aos seus semelhantes. Foi preciso que operários humildes e talvez analfabetos, de calças arregaçadas, tirasse o barro do fundo do mar e trouxesse para as olarias. Foi preciso que existisse alguém que estudou, que se transformou em técnica, foi preciso que existissem motoristas, foi preciso uma infinidade de nossos irmãos que fabricaram automóveis e caminhões para transportar. Foi preciso que alguém arrastasse um pinheiro do fundo do mato e transformasse em táboa. Foi preciso que se fabricassem prego. Foi preciso que existissem carpinteiros e pedreiros. Aqui está o nosso irmão. Vamos estender as nossas mãos aos nossos irmãos, não emocionalmente no instante em que estamos dentro da Igreja, mas em toda parte, onde nos encon-

tramos, a fim de que possamos ser dignos da santa vontade de Deus. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 174-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, o Município de Capanema e a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, da cidade de Capanema, objetivando construção de prédio destinado a instalação de um Estabelecimento de Ensino de 1.º e 2.º graus. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 268-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 100-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Sra. Aracy de Lara Machado, viúva de ex-Servidor Público Estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município da Lapa, o imóvel de propriedade do Estado situado na sede do referido Município conforme específica. Parecer favorável da C.C.J. e Diligência da C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, indicando os nomes de Srs. Deputados que comporão as diversas Comissões Técnicas da Casa, na qualidade de Líder da Bancada do MDB. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 30-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando um voto de congratulações pela instalação de uma agência bancária do Banco Real S/A, no Município de Bituruna. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido da colocação de um transformador com o respectivo equipamento para o fornecimento de energia elétrica na localidade de Augusto Loreiro, Município de Bituruna. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício às Centrais Elétricas de São Paulo S/A., CESP, no sentido de que a mesma determine o desmatamento e limpeza do leito da futura represa do Capivara, no Rio Paranapanema. — Aprovado

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dias 6, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-73.  
Levanta-se a Sessão.